



**IDEOLOGIA E/OU CULTURA:
O MAL ESTAR DA CONTEMPORANEIDADE**

Dennis de Oliveira¹

RESUMO: O conceito de cultura pode ser definido como um lugar de relações múltiplas do ser humano com o real, não necessariamente dentro da perspectiva de construção funcional de um sentido, o que é mais vinculado a idéia de ideologia. Os dilemas da contemporaneidade vinculam-se a dificuldade de se superar o momento da crise da hegemonia dentro exclusivamente do campo cultural.

PALAVRAS-CHAVE: *Cultura; Ideologia; Hegemonia*

¹ Professor do curso de jornalismo da Escola de Comunicações e Artes (USP), vice-coordenador do Alterjor (Grupo de Pesquisa de Jornalismo Popular e Alternativo), coordenador do Celacc (Centro de Estudos Latino Americanos de Cultura e Comunicação). E-mail: dennisol@usp.br

1. Introdução

Determinadas palavras são usadas com muita frequência, mas a sua conceituação – explicação sistematizada, racional, teórica – é extremamente complexa. Uma delas é a palavra *cultura*. Há uma perceptível errância na sua conceituação, ora sendo utilizada para explicar a diversidade e, na radicalidade desta perspectiva, justificar quaisquer atos, o que poderemos chamar de um *relativismo absoluto*, ou então utilizada para justificar hierarquias socialmente construídas. Estabelece-se um padrão determinado como um *locus* onde estariam os mais “altos”, e assim as diferenças sociais seriam explicadas pelo maior ou menor acesso à dita “cultura”.

O conceito cultura retorna às discussões sócio-políticas principalmente a partir da queda do Muro de Berlim, em 1988, que simbolizou o fim da Guerra Fria, com a vitória das forças lideradas pelos Estados Unidos. Até aquele momento, o conceito que permeava a discussão social era *ideologia* – entendida esta como uma dimensão de visão de mundo articulada com determinado projeto político-social. Ideologia está assim vinculada tanto a um corpo de proposições construído historicamente como também como uma perspectiva, com um devir, uma utopia (entendida aqui não somente no sentido de *out-topos*, lugar nenhum; mas também como *eu-topos*, lugar bom).

A discussão das ações sociais baseadas no conceito de ideologia centra-se na perspectiva da ação, no que elas sinalizam como futuro. Desta forma, a crítica da ação humana dá-se não pela sua natureza em si, mas principalmente no que ela sinaliza. A classificação de ações como conservadoras, reacionárias, revolucionárias ou transformadoras dá-se pela análise das perspectivas sinalizadas por tais ações.

2. O relativismo na era da globalização

O fim da Guerra Fria e o início do momento conhecido como “globalização” deslocou o conceito norteador das discussões da ação social do campo da ideologia para o da cultura. Isto muito em função do desaparecimento, no horizonte visível, de uma perspectiva política alternativa ao capitalismo, não somente como sistema econômico, mas como um modelo de sociabilidade. Otho Jambeiro (2008) define que o processo de globalização iniciado neste momento segue os paradigmas societários vindos das forças

vencedoras da Guerra Fria, entre eles destaca a democracia liberal, a economia de mercado e o neoliberalismo.

Com base nestes paradigmas, constrói-se um processo civilizatório de âmbito global, aportado na transnacionalização do capital, em especial o capital financeiro; da indústria cultural e da mídia.

Por esta razão, Francis Fukuyama (apud ANDERSON, 1997), entusiasmado, proclama o “Fim da História”, obra bastante criticada em que o autor nipo-americano determina o fim das utopias, dos choques e a consolidação do modo capitalista como o estágio final da história da humanidade que, agora, dedicar-se-ia a resolver os problemas pontuais dentro da lógica estrutural instituída e inquestionável.

O otimismo de Fukuyama não foi contemplado por Samuel Huntington (apud ANDERSON, 1997), um pensador da extrema-direita norte-americana e um dos ideólogos do regime de Bush, que defende o deslocamento do conflito da arena ideológica para a das “civilizações” (determinadas por paradigmas sócio-culturais hierarquizados pelo autor). O modelo de sociabilidade vencedor da Guerra Fria na sua componente cultural (e não ideológica ou econômica) seria ameaçado por outros modelos, em particular a civilização islâmica.

Huntington quer alertar os perigos ainda existentes, provavelmente entendendo que a vitória na Guerra Fria poderia “desmobilizar” o aparato de guerra construído pelos Estados Unidos durante a vigência do conflito geopolítico com a ex-URSS. O seu alerta foi importante para um setor da sociedade, o militar-bélico, que se sentiu um tanto órfão com o fim da história de Fukuyama.

O nipo-americano volta a carga, com *Trust* (apud ANDERSON, 1997), dizendo que os conflitos continuariam a existir, porém com a supremacia total do paradigma da economia de mercado, esta esfera seria o terreno onde estas eventuais diferenças seriam conflitadas. Em última instância, Fukuyama coloca o capitalismo como uma categoria permanente e o único lugar em que todas as diferenças poderiam ser dirimidas.

Provavelmente, a eleição de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos em 2008 – o candidato contou com o apoio de Fukuyama – é um fato que poderia comprovar a tese do nipo-americano. A versatilidade e capacidade de incorporar o diferente do capitalismo é tão grande que a única potência mundial absorve

tranquilamente a eleição de um negro como seu presidente, a despeito do histórico de racismo que marca a nação onde líderes como Martin Luther King e Malcolm X foram brutalmente assassinados por defenderem os direitos dos afro-americanos.

Porém, a história prega peças aos teóricos mais sofisticados. O modelo de sociabilidade vencedor da Guerra Fria e imposto como único paradigma civilizatório desde então mostra claros sinais de esgotamento. Entre eles, destacamos o problema ambiental, a brutal concentração de riquezas que gera oceanos de plena miserabilidade e a radicalização dos conflitos étnico-culturais que faz ressurgir na arena política tendências de cunho nazi-facista.

3. Sustentabilidade na exclusão

O modelo hegemônico de sociabilidade não tem respostas para a crise ambiental que não seja a defesa da redução da população. Em *Lugano Report*, a pensadora britânica Susan George (2002) constrói uma ficção – uma reunião futura na cidade de Lugano, na Suíça, com os principais líderes do capital (uma referência ao Fórum de Davos) chamados emergencialmente para discutir uma crise ambiental sem precedentes no planeta. Após várias discussões, reuniões de grupos temáticos, elaboração de teses e teorias, a saída é propor a redução da população. A pretensa defesa do meio ambiente passa a ter um papel de razão instrumental para legitimar uma proposta de cunho nazista.

Nas reuniões em que se discutem o problema do meio ambiente, um dado retorna com certa frequência: se todos os seres humanos do mundo tivessem o mesmo padrão de consumo do cidadão médio norte-americano seriam necessários quatro planetas Terra para dar conta. Em outras palavras, o padrão de consumo do cidadão daquele país que não é apenas a maior potência do planeta, mas se apresenta como a referência de sociabilidade global é *insustentável*.

O mais importante de tudo isto é que este modelo foi sustentado em um brutal avanço da ciência e da tecnologia. Erich Hobsbawn (2008) afirma que o século XX, paradoxalmente, foi a época da humanidade em que mais a ciência e a tecnologia avançou e mais se matou gente. A, chamada por ele, Guerra dos Trinta Anos (as duas guerras mundiais, a de 1914-18 e 1938-45) foi o espetáculo de maior carnificina já vista

na história da humanidade, a ponto de conflitos históricos como a lendária Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França comparados com este parecer uma briga de rua.

Ao mesmo tempo, o avanço da ciência e da tecnologia é incontestável. Se para Honoré de Balzac, as mulheres de mais trinta anos são interessantes apesar de serem consideradas “velhas” nos padrões da época; hoje se considera que trinta anos é ainda o início de uma vida que promete se estender para além dos cem anos, até mesmo em países de média riqueza, como o Brasil. Ainda no campo da medicina, a descoberta da pílula anticoncepcional foi fundamental para as reivindicações feministas, de uma mulher que tem o direito ao prazer sexual, até então restrito ao homem, apartado de uma pretensa obrigação de criar filhos e viver privadamente para a “família”.

Uma ciência destinada a uma aplicação prática, em especial para a reprodução do capital, esta era a crítica dos frankfurtianos ao perceber que a utopia iluminista não se realizou porque a ciência estava dissociada de um projeto ético e era instrumentalizada pelo capital. Graças a isto, as tecnologias proporcionaram o ingresso do ser humano em um mundo de artefatos cada vez mais sofisticados que, fetichizados mercadologicamente, assumem um papel de protagonistas na condução da vida humana.

Esta disseminação cada vez maior de artefatos é uma das raízes do consumismo, entendendo este não como o mero ato de consumir, mas principalmente, como uma ideologia justificadora do valor fetichizado do artefato. O valor fetichizado é necessário porque se chega a uma situação em que a existência desta sofisticação só é *sustentável* se for usufruída por uma minoria. O dado sobre a insustentabilidade da universalização do padrão de consumo norte-americano é prova cabal disto.

Com isto, articula-se o segundo problema deste modelo de sociabilidade que é a concentração de riquezas. Vários estudos econômicos demonstram como o paradigma econômico neoliberal é concentrador de riquezas. Desde 1988, quando simbolicamente inicia-se a tal da globalização neoliberal até recentemente, o que se verifica é uma concentração de riquezas nos países centrais do capitalismo em detrimento das nações situadas na América Latina e África, principalmente, e internamente nas nações, um estreitamento cada vez maior da pirâmide salarial.

A concentração de riquezas não é apenas uma consequência danosa, um efeito colateral deste modelo econômico. Ao contrário: é a raiz da sua própria

sustentabilidade. Os artefatos tecnológicos sofisticados só podem circular sem destruir o planeta se forem usufruídos por minorias. Em outras palavras, não há como o planeta sustentar, por exemplo, todos terem direito a todos os artefatos produzidos atualmente. Assim, a resposta dada a questão ambiental referente ao padrão de consumo norte-americano não é a mudança deste padrão, mas sim a restrição dele a poucos. É uma ressignificação das conclusões do *Lugano Report*, de Susan George (2003).

Por esta razão, estes artefatos não circulam no mercado apenas por valores de troca no sentido clássico do termo dado por Marx – valor de troca determinado pelo trabalho nele incorporado. A necessidade de mantê-lo restrito a poucos faz com que se construam arcabouços ideológicos que sustentem estes privilégios. Por isto, os artefatos são imbuídos do que chamaremos de “valor simbólico”, dado por significados construídos socialmente “extra-produto”. Naomi Klein (2002) discute apropriadamente esta questão quando estuda o poder das marcas globais no capitalismo. As “grifes” corporativas ou individualizadas atribuem valores extra-trabalho a estes artefatos, exercendo uma função ideológica de legitimar a diferença.

Para tanto, o papel dos meios de comunicação de massa, em especial a publicidade, é fundamental. É este instrumental que irradia tais valores simbólicos aos artefatos, consolidando uma cultura do consumo como hegemônica nas interações sociais. Ao observar as estratégias de publicidade das grandes corporações, nota-se que não se preocupa em disseminar apenas uma idéia de qualidade do produto ou mesmo de criar uma pretensa necessidade de consumo do mesmo com base nas suas funções, mas principalmente em agregar valores à marca. Daí que o “marketing cultural” e o “marketing social” passaram a ser estratégias importantes nas estratégias das corporações empresariais. E ainda para além disto, as corporações passam também a se preocupar em instituir culturas internas que a identifiquem socialmente.

Um exemplo muito citado nesta questão do valor simbólico é o da Nike. A marca de artefatos esportivos é produto de um pequeno escritório de *designers*, executivos e administradores que gerenciam uma rede de empresas associadas que se responsabilizam por toda a cadeia produtiva dos artefatos que, ao final, recebem a chancela da Nike – e é esta chancela que atribui valor.

A construção do valor simbólico não é algo simples. O valor simbólico corporativo constituiu e fortaleceu outra dimensão do capitalismo que é a indústria do entretenimento. O valor simbólico é obtido pela associação com outros valores, como fama, sucesso, visibilidade, vitória, entre outros. Aí, há um aspecto importante que é a reconstrução da dimensão já chamada por Edgar Morin (1967) de “olimpianos”, o universo de pessoas famosas que povoa a mídia e apresenta padrões de comportamento. Os olímpianos nesta fase do capitalismo neoliberal cumprem outra função: a de atribuir valor simbólico a estes artefatos, emprestando o seu prestígio - “capital simbólico”, na definição de Pierre Bourdieu (1992). Boa parte do valor de troca destas mercadorias advém não meramente do trabalho produtivo, mas de toda esta estrutura que atribui este valor simbólico.

Porém, o valor simbólico não é meramente uma componente na definição do valor de troca, mas também um elemento ideológico que constrói um consenso social tanto da justeza do valor daquele artefato, como também da legitimidade de poucos poderem o possuir. A mercadoria, assim, toma o lugar da ideologia na transfiguração operada pelo príncipe eletrônico (a mídia), conforme afirma Otávio Ianni: “*O príncipe eletrônico transfigura silenciosamente a sociedade em mercado, a ideologia em mercadoria e o cidadão em consumidor.*” (2000: p. 167)

4. Conflitos sociais contemporâneos

Chegamos, assim, a terceira questão ou problema deste modelo de sociabilidade que é a radicalização dos conflitos sociais. O fato dos conflitos sociais deslocarem-se para uma dimensão aparentemente não política, no sentido clássico, ou nos dizeres de Garcia Canclini (1996), saírem da esfera da produção para a do consumo, deve-se a esta reconfiguração societária. A busca pelo valor simbólico confunde-se com a luta pelo consumo dos artefatos que detém este valor e aí as hierarquias sociais consolidadas historicamente por conta de processos de exclusão social, em geral com matrizes étnicas, de gênero ou regionais, afloram.

Além disto, a brutal concentração de riquezas no mundo forçou inúmeros contingentes populacionais de nações desprivilegiadas na partição de riquezas a migrarem para outras. Porém, é importante notar que, uma vez estabelecidas nestas

nações mais ricas, os imigrantes dos países mais pobres não conseguem necessariamente uma ascensão social, vistos as enormes barreiras impostas pelos Estados nacionais destes países, barreiras estas que tendem a se radicalizar com uma tendência à direita nos governos destes países. Não conseguem ser considerados cidadãos, são excluídos paulatinamente dos direitos mínimos, alguns são forçados a trabalhos escravos e outros de brutal exploração, como a prostituição forçada, sem qualquer possibilidade de reclamação jurídica dada a condição de clandestino de muitos deles. O que seduz não é a possibilidade de cidadania no sentido clássico do termo, mas o acesso aos artefatos, muito mais acessíveis nestas nações mais ricas.

Por isto, o conflito étnico-cultural atual tem certa esquizofrenia em termos de leitura. Para as classes hegemônicas, a presença do imigrante desorganiza a sociedade local, acirra a disputa por vaga no mercado de trabalho e põe em risco uma pretensa “estabilidade” social. Para os imigrantes, a ida a estes lugares está muito mais ligada a possibilidade de ter acesso a artefatos com valor simbólico atribuído globalmente e distante deles nos seus locais de origem. Usufruir de carros, computadores modernos e toda a parafernália tecnológica que se apresenta como símbolos da modernidade e do prestígio é a “utopia” destes que insistem em migrar. O caso específico de Cuba é ilustrativo: quem procura sair daquele país não reclama da não existência de direitos sociais, algo que é reconhecido mundialmente – Cuba ostenta indicadores sociais de padrão de Primeiro Mundo, apesar de ser uma nação reconhecidamente pobre e o Estado garante saúde e educação gratuitas a todos. Propagandeia pelo mundo que estas são as grandes conquistas da revolução. Nem tampouco, os que fogem de lá estão preocupados com uma pretensa falta de democracia, problema muito mais presente em discussões de círculos de intelectuais e alguns “formadores de opinião”.

Os fugitivos e os candidatos a fugirem de Cuba querem ter acesso aos artefatos. Às mercadorias de valor simbólico, disseminadas pelos ídolos do território globalizado. Querem participar da democracia de consumo, conforme a idéia de Ianni. E, para tanto, aceitam ficar na condição de refugiados, de abrir mão de direitos sociais que no seu país estariam garantidos, entre outros.

Assim, por mais que as nações receptoras de imigrantes recrudescam suas políticas contra os imigrantes, retirando todos os seus direitos, impedindo-os de entrar

legalmente, entre outros, o apelo ao consumismo continuará fazendo o papel inverso, o de seduzir esta leva de seres humanos. Talvez seja por esta razão que a única potência mundial governada pelo Partido Comunista, a China, tenha feito uma flexão política tão grande a permitir que o consumismo entrasse no seu modelo de sociabilidade sob o seu controle. A flexão ideológica do comunismo chinês foi tão grande que hoje pouco se percebe da proposta de Marx, Engels e Lenin na China. Os discursos dos governantes chineses mais se assemelham a um nacionalismo e uma reivindicação de participação maior no “bolo” do capitalismo globalizado, em uma estratégia geopolítica de contraponto e negociação com os Estados Unidos que a apresentação de uma proposta alternativa ao modelo norte-americano. Tanto é que se contrapondo às críticas de uma falta de liberdade no sistema político, a China sempre demonstra a sua “eficiência” econômica (contrariamente à Cuba que sempre buscou legitimar-se pelas “conquistas sociais” da revolução).

Desta forma, o atual modelo de sociabilidade, fruto da vitória norte-americana na Guerra Fria e que se impôs como processo civilizatório na globalização, tem um equilíbrio extremamente instável: gerencia uma insustentabilidade ambiental do atual padrão de produção e consumo com desigualdades brutais que são legitimadas simbolicamente e culturalmente. Esta é um modelo de sociabilidade que, embora vencedor, assenta-se sobre uma precariedade, o que abre brechas para a existência de contestações sociais apesar destas muitas vezes não serem articuladas em torno de um projeto político finalista. De qualquer forma, é evidente que a era que vivemos é um momento de *conforto* material e *desconforto* espiritual para as classes hegemônicas, desconforto este movido por incertezas.

5. Considerações finais

Esta era de incertezas – um momento de *crise* pois há um esgotamento do modelo hegemônico ao mesmo tempo em que um projeto novo não se consolidou – ainda está no *interregno*. Uma das razões é justamente o fato de se deslocar o conflito apenas e tão somente para o campo da cultura em uma dimensão antagônica à ideológica. A este respeito, Sodré (2005) afirma que

“Ideologia passou por vários desvirtuamentos ou usos múltiplos (dos pejorativos aos laudatórios), assim como cultura. Nos dias de hoje, seus variados empregos têm em comum o significado poder. Na verdade, desde o seu aparecimento, ideologia tem a ver com o poder da consciência, dos signos, dos conceitos.” (SODRÉ, 2005: p. 42)

Já cultura, para o mesmo autor, é uma “*metáfora de jogos ou de dispositivos de relacionamento com o sentido e o real*” (idem, p. 39), que se distingue da perspectiva da ideologia em que o objetivo é a estruturação de um campo de sentidos. Enquanto que o campo da cultura tem uma perspectiva anárquica, de movimento de construção/desconstrução de significados, a ideológica segue uma perspectiva linear, de estabelecer sentidos dentro de uma funcionalidade voltada a construção/desconstrução do poder. Por esta razão, Sodré posiciona o campo da ideologia dentro da tradição Ocidental, da razão explicativa e funcional. Neste momento de interregno, opor cultura à ideologia significa colocar em campos opostos a complexidade da condição humana à funcionalidade das estruturas sociais que ele constrói, como se estas não fossem produtos da ação humana. Este é o neoceticismo presente neste momento de crise da hegemonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. “A civilização e seus significados” In: **Revista Praga**, n. 2, junho/1997. S. Paulo: Editora Boitempo, 1997
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. S. Paulo: Perspectiva, 1992
- GARCIA CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996
- GEORGE, Susan. **Relatório Lugano**. São Paulo: Boitempo, 2002
- HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. S. Paulo: Cia. Das Letras, 2008
- IANNI, Otávio. **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- KLEIN, Naomi . **O poder das marcas**. S. Paulo: Relógio D’Agua, 2002
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense, 1967



SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil.** S. Paulo: DP&A, 2005